

PORTO NOVO RECIFE S.A. - CNPJ (MF) 15.151.317/0001-04

Balancos Patrimoniais		
Ativo	Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (em Reais)	Nota 2024 2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6.093.102	6.188.380
Contas a receber de clientes	933.397	869.750
Tributos a recuperar	179.663	140.172
Adiantamentos	5.717.671	4.339.581
Outras contas a receber	5.811	5.811
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Outras contas a receber	2.479.988	2.479.988
Investimentos	8.000	
Imobilizado	332.028.705 215.053.935	334.516.693 217.533.923
Total do Ativo	347.446.337 229.077.617	
Passivo		
Circulante		
Empêstimos e financiamentos	11.135.531.922	39.806.411
Fornecedores	1.143.772	1.643.186
Obrigações sociais e trabalhistas	132.576	1.163.148
Tributos a recolher	197.776	161.492
Adiantamentos de clientes	25.626	
Não circulante		
Empêstimos e financiamentos	86.973.254	56.879.303
Provisão para contingências	-	7.060
Patrimônio líquido e adiant. para futuro aum. de capital - AFAC	120.211.940	78.461.275
Capital social	31.807.164	6.756.765
Reserva de capital	(40.645.693)	(18.602.087)
Prejuízos acumulados	111.373.411	66.615.953
Total do patrimônio líquido	34.068.000	62.801.064
Adiant. para futuro aum. capital - AFAC	145.441.411	129.417.017
Total do Passivo, do Patrim. Líq. e do adiant. p/futuro aum. de capital-AFAC	347.446.337 229.077.617	

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (em Reais)		
Nota	2024	2023
Prejuízo do exercício	(22.043.606)	(2.716.615)
Ajustes por:		
Provisão para contingências	(7.060)	(10.736)
Baixas no imobil., líqu. de deprec.	1.174.756	338.767
Deprecia. e amortiz. do imobilizado	4.006.885	2.614.311
Juros incorridos	11.272.717	2.779.956
Variação cambial	7.918.992	
Lucro líq. (Prej.) do ex. - ajustado	2.322.684	3.005.683
Atividades operacionais		
Contas a receber de clientes	(63.647)	(5.346)
Tributos a recuperar	(39.491)	(41.969)
Adiantamentos	(1.378.090)	(1.608.855)
Fornecedores	(499.414)	1.024.411
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.030.572)	589.606
Tributos a recolher	36.284	72.941
Adiantamentos de clientes	25.626	
Caixa líq. gerado (cons.) p/ativ. operac.	(626.620)	3.036.471
Atividades de investimentos		
Aplicação em investimentos	(8.000)	
Adições no imobilizado	(122.156.411)	(122.706.453)
Caixa líq. gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(122.164.411)	(122.706.453)
Atividades de financiamentos		
Partes relacionadas		2.785.800
Adiant. p/futuro aum. de capital - AFAC	(28.733.064)	59.602.926
Aum. capital social com utiliz. de AFAC	31.006.064	11.261.275
Aumento de capital social	10.744.601	-
Constituição de reserva de capital	25.050.399	-
Capt. de empréstimos e financi.	155.758.056	51.263.702
Liquid. dos empréstimos e financ.	(71.130.303)	(2.016.462)
Caixa líq. gerado (cons.) pelas ativid. de finan.	122.695.753	122.897.241
Aumento (Reduzão) de caixa e equivalentes de caixa	(95.278)	3.227.259
Variação no saldo caixa e equiv. de caixa		
Despesas com pessoal	17.118.200	(966.885)
Despesas gerais e administrativas	9.844.735	(4.960.789)
Despesas tributárias	(711.795)	(1.297.099)
Aumento (Red.) de caixa e equiv. de caixa	(95.278)	3.227.259

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (em Reais)		
Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	15.119.399.558	8.600.462
Custos de arrendamento	16.(2.933.108)	(1.577.794)
Resultado bruto	9.006.450	7.022.668
Recetas (despesas) operacionais		
Despesas com pessoal	17.(1.188.200)	(966.885)
Despesas gerais e administrativas	18.(9.844.735)	(4.960.789)
Despesas tributárias	(711.795)	(1.297.099)
Aumento (Red.) de caixa e equiv. de caixa	(95.278)	3.227.259

Demonstrações das Resultados Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (em Reais)

1. Informações gerais. (a) **Atividades operacionais.** A Porto Novo Recife S.A. tem como objeto social: a exploração do comércio de arrendamento de áreas e instalações portuárias não operacionais, localizadas dentro da área do Porto Organizado de Recife, com fundamento no disposto no art. 34 da Lei nº 8.630/93; implementação, manutenção e exploração comercial de escritórios para o desempenho de atividades comerciais compatíveis com o plano de desenvolvimento urbano da cidade; implementação, manutenção e exploração comercial de restaurantes, bares, lojas de entretenimento e comerciais, locais para exposições e eventos fechados, contendo o número de vagas de garagem compatível; implantação, manutenção e exploração comercial de hotel e/ou apartamentos de longa estadia, com no mínimo 200 unidades, observando o padrão igual ou superior a 3 estrelas; implantação, manutenção e exploração comercial de centro de convenções e exposição integrado ao hotel, com capacidade mínima de 4.000 pessoas; realização de atividades afins para o bom e fiel desempenho das atividades listadas acima. Sua sede está situada à Avenida Alfredo Lisboa, s/nº, Pátio Sul do Armazém 14, no bairro do Recife Antigo, Município de Recife - PE. O prazo de duração da Companhia é de 50 anos. (b) **Desempenho operacional.** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Porto Novo Recife S.A. apresentou insuficiência de capital de giro de R\$10.122.028 (R\$31.230.543 em 2023), prejuízo no exercício de R\$22.043.606 (R\$2.716.615 em 2023) e prejuízos acumulados de R\$40.645.693 (R\$18.602.087 até 31 de dezembro de 2023). A Administração da Companhia está enviando esforços no sentido de equacionar as operações de modo a reverter a situação a médio prazo. Por este motivo, não foi efetuado nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação dos ativos ou aos valores e à classificação dos passivos, que poderia ser necessário em função dos fatos citados. 2. Resumo das principais políticas contábeis. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. 2.1. Base de preparação. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na preparação das demonstrações contábeis. Inclui-se, entre outras, as estimativas contábeis referentes ao resultado abrangente, ao resultado operacional, ao resultado financeiro, ao resultado de investimento e ao resultado de investimento financeiro. 2.2. Caixa e equivalentes de caixa. Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos em aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e risco insignificante de mudança de valor. Os referidos investimentos estão demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. 2.3. Contas a receber de clientes. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. 2.4. Fornecedores. As contas a pagar são obrigações por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante. As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, sempre que houver necessidade. 2.5. Provisão para contingências. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança. 2.6. Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC. O adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") será classificado como instrumento patrimonial se atender as seguintes condições: (i) sua conversão seja irreversível e irrevogável; (ii) o adiantamento esteja em moeda funcional da entidade, não prevendo indexação; (iii) a quantidade de ações ou quotas no qual o adiantamento será convertido seja pré-estabelecida. Caso estas condições não sejam atendidas no momento inicial, o AFAC será classificado como instrumento de dívida, sendo tratado como passivo exigível. 2.7. Provisionamento para contingências. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança. 2.8. Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC. O adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") será classificado como instrumento patrimonial se atender as seguintes condições: (i) sua conversão seja irreversível e irrevogável; (ii) o adiantamento esteja em moeda funcional da entidade, não prevendo indexação; (iii) a quantidade de ações ou quotas no qual o adiantamento será convertido seja pré-estabelecida. Caso estas condições não sejam atendidas no momento inicial, o AFAC será classificado como instrumento de dívida, sendo tratado como passivo exigível. 2.9. Outros ativos e passivos. Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais. 2.10. Reconhecimento da receita. As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência de controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios resultantes provenientes dos produtos ou, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos na prestação de serviços. Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. (i) Receita de aluguel. A receita operacional de aluguel é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela locação de imóveis no curso normal das atividades da Companhia. A receita é reconhecida quando o valor da dívida por ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. (ii) Receita financeira. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido. Abrange todas as receitas de juros sobre ativos financeiros e ganhos nos instrumentos financeiros, além de juros, variações cambiais e monetárias sobre outros ativos. As receitas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos. 2.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, caso aplicável. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia periodicamente as posícões assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável da margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamentos às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. 2.12. Ativos e passivos financeiros. Ativos financeiros. Reconhecimento e mensuração inicial. As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) é baixado quando vendido ou quando o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. 2.5. Empêstimos e financiamentos. Os empêstimos e financiamentos

resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente pelo preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente.** Um ativo financeiro poderá ser classificado como: mensurado ao custo amortizado; ao VJORA (instrumento de dívida); ao VJUR (valor justo por meio de outros resultados abrangentes); instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é menorado ao custo amortizado se estender amarras as condições a seguir e não para descrever como mensurado o custo amortizado: (i) se o ativo financeiro seja mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: - As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem foco a obtenção de receitas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: (a) **Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.** A Companhia efeta análises para fazer face a perdas na realização das contas a receber de clientes, considerando os riscos envolvidos e registra quando a administração identifica evidência objetiva de perda. (b) **Passivos contingentes.** A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituidas por estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas,

...continuação - PORTO NOVO RECIFE S/A

15. Receita operacional líquida		19. Receitas e despesas financeiras	
	2024		2023
Receita bruta		Receitas financeiras	2024
Aluguéis dos escritórios	3.457.123	Rendimentos de aplicações financeiras	513.321
Aluguéis do Festival Center	5.532.685	Descontos obtidos	68.123
Aluguéis da marina e do hotel	2.854.646	Juros recebidos	8.811
Aluguel do estacionamento	137.390		4.857
Estacionamento	346.070	Despesas financeiras	590.255
Concessões	839.858	Juros sobre empréstimos e financ.	(11.272.717)
Deduções	13.167.772	Variação cambial passiva	(2.779.956)
ISS	(10.295)	Despesas bancárias	(7.918.992)
PIS	(217.168)	Outras despesas financeiras	(30.154)
COFINS	(1.000.751)		(27.526)
	(1.228.214)		(15.388)
	11.939.558		(19.895.581)
	8.600.462		(2.840.664)
			(19.305.326)
			(2.514.510)
16. Custos de arrendamento - Refere-se, basicamente, aos pagamentos mensais efetuados ao Porto do Recife S.A. para o desenvolvimento das atividades operacionais da Companhia.		17. Despesas com pessoal	
		Modalidade	Vigência
			Límite máx.
			indeniz.(R\$)
Salários	(444.508)	Empresarial 19/06/24 a 18/06/25	419.000
Horas extras	(108.133)	Empres./civil 21/10/24 a 20/10/25	22.500,00
INSS	(166.443)	Chubb Seguros	
FGTS	(64.916)		
13º salário e encargos sociais	(65.800)	A Companhia conta com um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.	
Férias e encargos sociais	(69.698)		
Vale refeição	(102.967)		
Assistência médica	(28.042)		
Aviso prévio	(37.995)		
Outras despesas com pessoal	(99.698)		
	(1.188.200)		
	(9.600.789)		
18. Despesas gerais e administrativas			
Depreciação e amortização	(4.006.885)	Opinião com ressalva - Examinamos as demonstrações contábeis da Porto Novo Recife S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto mencionado na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima re-	2024
Energia elétrica	(497.491)		2023
Água e esgoto	(450.247)		
Mantenção e conservação	(609.953)		
Material de consumo	(39.772)		
Segurança e vigilância	(398.163)		
Serviços prestados - pessoa jurídica	(3.303.461)		
Honorários advocatícios	(491.368)		
Outras despesas gerais e administrativas	(47.395)		
	(9.844.735)		
	(4.960.789)		

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Irmos. Srs.

Diretores e Acionistas da Porto Novo Recife S.A.

Recife - PE

feridas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Novo Recife S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva** - Ficamos impossibilitados de aplicar os devidos procedimentos de auditoria sobre o saldo do ativo imobilizado em virtude da Companhia não possuir o controle patrimonial dos bens componentes desta rubrica em 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, a Companhia deve preparar estudo visando assegurar que seus ativos não estejam registrados contabilmente por valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. A Companhia possui um saldo de R\$332.028.705 relativo ao ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2024 sem que haja um estudo de recuperabilidade sobre o mesmo. Desta forma, não foi possível concluirmos sobre a necessidade de reconhecimento de perda estimada para que o valor do imobilizado não exceda o seu valor esperado de recuperação ou reversão, bem como sobre os possíveis impactos no resultado e nos fluxos de caixa do exercício. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Enfases - Desempenho operacional.** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1(b), a Porto Novo Recife S.A. apresentou capital circulante líquido negativo, prejuízo no exercício e prejuízos acumulados. Esses fatos estão sendo tratados pela Administração da Companhia, que espera resolver as situações a médio prazo. Na opinião da referida Administração, não se fez necessário nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação de ativos e passivos, que poderia ser necessário em função destes assuntos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Valores a receber** - Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9, a Companhia possui um montante a receber do Governo do Estado de Pernambuco referente aos investimentos efetuados no empreendimento localizado no Marco Zero do Recife e não espera perdas relevantes sobre os valores envolvidos. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentado para fins de comparabilidade, foram anteriormente auditados por nós, cujo relatório emitido em 11 de novembro de 2024 abordou assunto semelhante ao descrito na seção intitulada "Base para opinião com ressalva". **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ter sido causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ter sido causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria conforme nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. **Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.** Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro (RJ), 9 de setembro de 2025.

Lopes, Machado | **BKR** | INDEPENDENT MEMBER
 Auditores, Tax Consultores e Business Advisors | International

Marcelo Galvão Guerra
 Contador - CRC-RJ-087079/O-3
Thomás de Oliveira Maranhão Cavalcanti
 Contador - CRC-PE-026437/O-7

Publicidade Legal - 24 - de NOVEMBRO de 2025 - PORTO NOVO RECIFE - BALANÇO pdf

Código do documento 1ef50947-c31a-4051-9a8b-c63355973e6f



Assinaturas



EDITORIA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100

Certificado Digital

fabiohenrique@folhape.com.br

Assinou

Eventos do documento

21 Nov 2025, 22:49:28

Documento 1ef50947-c31a-4051-9a8b-c63355973e6f criado por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2025-11-21T22:49:28-03:00

21 Nov 2025, 22:49:47

Assinaturas iniciadas por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2025-11-21T22:49:47-03:00

21 Nov 2025, 22:49:58

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO

LTDA:01935632000100 Assinou Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 187.12.58.187 (187.12.58.187 porta: 15084). Dados do Certificado: CN=EDITORIA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100, OU=AC SyngularID Multipla, OU=45616309000149, OU=Videoconferencia, OU=Certificado Digital PJ A1, O=ICP-Brasil, C=BR. - DATE_ATOM: 2025-11-21T22:49:58-03:00

Hash do documento original

(SHA256):93f17a4ef4c0ec1efc329bc545ce4d83ab47899346989cf316e4736cf1df61de
(SHA512):47137b80c97e99490fbef8f0320febd5f3b3bea2ea035cd5a66de0c1b83fe0aa62876d8ea97fcfb16193b8de2610362a4a3876b3804c0143055dcf56ae2892b2

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.